

H I S T Ó R I A

& U T O P I A S



ORGANIZAÇÃO
Ilana Blaj
John M. Monteiro

A N P U H

Associação Nacional de História

HISTÓRIA & UTOPIAS

*Textos apresentados no XVII Simpósio
Nacional de História*

Organização
John Manuel Monteiro
Ilana Blaj

A N P U H

Associação Nacional de História

1996

TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS E REPRESENTAÇÕES DOS CAMPONESES

Marilda Aparecida de Menezes
Universidade Federal da Paraíba-Campina Grande

Vários estudos constataam que as migrações internas a partir da década de 1970 tem se caracterizado pela ocorrência de movimentos múltiplos, também chamados de “migrações repetidas”.¹ Diferentemente das migrações de décadas anteriores, que apresentavam fluxos mais ou menos definidos de locais de origem e destino da população, nas duas últimas décadas observamos um crescimento da migração de “retorno”, que, na maioria das vezes, não se finaliza no retorno à área de origem, mas se prolonga em outras etapas e/ou movimentos migratórios.

Em pesquisa realizada nos anos de 1981 a 1984 com quarenta famílias camponesas e migrantes, subdivididas entre a microrregião do Sertão de Cajazeiras no Estado da Paraíba (região de origem) e a região do ABC — Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul — no Estado de São Paulo, constatamos que elas efetuavam movimentos de idas e voltas entre as duas regiões ou intermediando com outros locais, como por exemplo Brasília e o Estado de Rondônia.

Embora o êxodo rural seja uma tendência geral das migrações no Brasil, há formas intermediárias, onde não ocorre a saída de toda a família e nem a saída definitiva dos membros que migram. A expectativa de voltar à origem e, portanto, de uma migração não definitiva é uma idéia quase generalizada entre os migrantes, porém a efetivação do retorno só pode ser estabelecido pós-fato.²

1 G. Martine, “Populações errantes e mobilidade da reserva de mão-de-obra no Brasil”, comunicação no “Simpósio sobre Crescimento Demográfico na Base da Pirâmide Social”, SBPC, Campinas, 1982, p. 5.

2 P. Scott, “Migrações interregionais e a família nordestina”, VI Encontro da ANPOCS, 1982; A. Klimt, “Temporary and permanent lives: Portuguese migrants in Germany”, Sixth International Conference of Europeanists, Washington, D.C., 1987.

Entre os estudos da questão agrária temos também pesquisas que analisam a importância da migração de membros da família para a reprodução da condição camponesa. Garcia Jr. ao analisar os fluxos migratórios entre os camponeses da região do Brejo e Agreste Paraibano verificou que “a análise de trajetórias individuais e familiares revela a existência, nessa região do Nordeste, de migrantes que se tornaram operários ou empregados urbanos no Sudeste, mas também a presença de indivíduos que conquistaram ou reproduziram a condição camponesa graças a uma passagem temporária pelo mercado de trabalho industrial”.

As trajetórias migratórias ao propiciar aos camponeses-migrantes diversas experiências de vida e trabalho, contribui para a reformulação de suas representações sobre as relações de trabalho e de sociabilidade.

Embora o grupo pesquisado inclua em sua trajetória migratória vários locais de moradia e trabalho, o percurso mais importante e recorrente é entre o Sertão da Paraíba e a região metropolitana de São Paulo. Por isto estes espaços sócio-econômicos constituem a referência principal de suas representações.

A avaliação dos camponeses-migrantes tanto do sertão quanto da metrópole não se orienta por uma perspectiva dualista, contrapondo as duas realidades, uma positiva e outra negativa, mas antes há uma percepção de aspectos contraditórios nestes espaços sócio-econômicos diferenciados. Eles mesclam os motivos econômicos com noções sobre tempo de trabalho e lazer, as relações de amizade e parentesco, organização do trabalho, o cotidiano.

Falando sobre a terra natal é frequente a menção à seca e à exploração do patrão:

Se fosse só a seca, todo mundo podia se conformar, que aí é prometido por Deus, mas a maioria dos patrão que não ajuda prá gente, só querem prá ele (depoimento de uma ajudante, filha de morador).³

A seca, apesar de ser um motivo evidente para todos os trabalhadores — pequenos proprietários, moradores e rendeiros — aparece com maior ênfase para os pequenos proprietários. Os problemas de crédito, comercialização, insuficiência de terra ficam escondidos frente a preponderância da seca. Os rendeiros e moradores, diferentemente dos pequenos proprietários, vivem na dependência do patrão e expressam com maior recorrência questões ligadas à sua relação de trabalho:

3 Os depoimentos transcritos aqui são de um trabalho mais amplo: Marilda Aparecida de Menezes, “Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba” (*migração, família e reprodução da força-de-trabalho*), Dissertação de Mestrado, UFPB-Campina Grande, 1985.

o problema não é só a seca, é o patrão. Se tem uns que solta o dinheiro prá o morador poder comer, tem outros que não solta, e aí ele tem que se virar, de qualquer maneira ele tem que se virar. O morador tem que sair prá procurar trabalho, mas eles não querem, querem que fique só na propriedade (depoimento de uma ajudante, filha de morador).

Para trabalhadores sem terra, que trabalham como meeiros ou rendeiros, ou no alugado, “o lugar é São Paulo”:

para ser meeiro, o lugar é São Paulo. Prá quem não tem o lugar é São Paulo, porque o cara vem do norte prá cá, chega aqui, arruma um lugarzinho prá morar, arruma serviço numa fábrica, vai trabalhar, mesmo que tem que pagar um aluguelzinho, mas se der prá ele pagar aluguel por mês, comê, vesti e calçá tá bom demais, não tem esse negócio de ficar devendo prá ninguém. Lá na Paraíba mesmo que tem inverno, prá quem não tem é seco, porque o que o morador faz só dá prá o patrão. Tem deles que não faz prá pagá o patrão. Por isto que é pior do que seca, e sendo seca ai pronto acabou (depoimento de um ajudante, filho de pequeno proprietário).

A seca atua como um motivo mistificador das condições de sobrevivência dos camponeses, encobrendo os fenômenos determinados pelos próprios homens, no caso as mudanças nas condições de reprodução dos trabalhadores decorrentes do processo de expansão da pecuária. A forma de enfrentá-la é partir, assim ela é representada como o motivo de exclusão dos camponeses do sertão...

a gente sai do norte é uma coisa quase que obrigado. A gente sabia que vinha sofrer, lutar mas (...) (ajudante, pequeno proprietário).

Embora uma das alternativas mais frequentes para escapar à “seca e à exploração do patrão” é a migração, esta não é percebida como um ato de fraqueza do camponês, mas, ao contrário, é geralmente representada como um ato de “coragem”, de persistência em conquistar uma melhora de vida.

A ida para São Paulo representa além da busca de trabalho, também a esperança de poupar e voltar a terra natal. A vida e o trabalho em São Paulo são representados como um espaço e tempo passageiros; isto se expressa em trabalho extenuante, submissão às ordens do patrão, moradia precária em alojamentos de construção civil, cortiços, favela, a distância dos familiares, a subsistência a níveis mínimos, a ausência de lazer, a solidão, e outras

condições que denotam a precariedade da vida dos migrantes nos grandes centros. Embora os migrantes partam de sua terra natal com a esperança de melhorar em São Paulo, as condições reais de vida e trabalho faz com que São Paulo seja representado como “lugar do sacrifício”, do trabalho árduo.

Hoje tá ruim prá emprego, mas mesmo assim a gente ainda arruma serviço, o cara entra numa firma, trabalha direitinho, se o patrão chama prá fazê hora-extra, faz. Se não dá prá ele junta dinheiro, não der prá por na poupança, ele faz todo possível de passar 1 ano, 2, 3, 4 anos de firma. Um dia que sai daqui, que pega aquele indenização, e chega no Norte dá prá conseguí alguma coisa (depoimento de um ajudante, filho de pequeno proprietário).

Aquelas pessoas que trabalha pouco lá [em São Paulo], eles manda [embora]. Aí aquela pessoa fica jogada no meio da rua. Só dá certo em São Paulo quem é muito trabalhador, que o que eles botá prá fazê aquela pessoa faz mesmo, sem preguiça. Lá ele tá com 6 anos e não foi mando ainda desta firma: porque tem coragem de trabalhá (depoimento de um morador).

Muitas vezes se mora em favela, mas se envia dinheiro para a terra natal para a construção da casinha na cidade; outras vezes o migrante aceita e se dispõe a longas jornadas de trabalho com horas extras diárias e nos finais de semana, pois entende que este é o meio de poupar alguns “trocados”. O “sacrifício” é compreendido como necessidade para alcançar o sonho: poupar para retornar à terra natal. Considerando as condições precárias de sobrevivência, com empregos de baixa remuneração, permanente desemprego e subemprego, os migrantes em geral não conseguem poupar; quando conseguem e retornam à terra natal, “as economias” só são suficientes para a sua sobrevivência em curto período, após o que migram novamente. E assim se repete o ciclo das idas e vindas. Embora os migrantes representem São Paulo como local de “sacrifício”, o que expressa uma forma de legitimação das condições de exploração e segregação, eles também expressam críticas à vida e trabalho em São Paulo. A noção “humilhação” é uma forma através da qual os migrantes representam a organização do trabalho capitalista.

Meu ideal era vim prá São Paulo, vê se conseguia alguma coisa, porque minhas condições lá eram poucas, e volta prá meu torrão natal e ainda hoje é o mesmo, eu não mudo (...) Então o cara aqui em São Paulo não pode vivê uma vida independente, ele tem que vivê uma vida humilhada. Humilhada

que eu falo é o seguinte: você tá fazendo um serviço, o encarregado chega e fala oh! você vai fazê aquele outro. Eu não posso falar que não vou, não, eu tenho que ir (depoimento de um ajudante, filho de pequeno proprietário).

Ao se sentir “humilhado” o migrante expressa sua crítica às normas de controle do trabalho capitalista. Com a expressão “humilhação” ele mostra a violência da exploração de sua força de trabalho pelo capital, que se utiliza de controles rígidos do trabalho, para extrair o máximo de mais-valia. A “humilhação” aparece com maior evidência entre os trabalhadores das faixas salariais inferiores: “O salário é michado e ainda aguenta toda amolação”.

É no contexto de vida e trabalho em São Paulo representado como “humilhação”, que o migrante valoriza a “liberdade” na terra natal “o problema é só a água, se existisse inverno não tinha terra melhor para mim; se houvesse inverno eu nem falava em São Paulo, porque lá (na Paraíba) era um lugar liberto, bom; São Paulo é ruim porque é um ar trancado assim, aquilo me ofende, eu só imagino aqui (São Paulo) a minha infância no norte que perdi tudo; não tem liberdade, aqui o cara não conhece ninguém e lá no norte eu conhecia um bocado de coisa” (depoimento de um ajudante, filho de pequeno proprietário).

Percebe-se que o discurso flui linearmente da seca para a “liberdade” do sertão, ressaltando a “infância”, termo que mereceria um análise pormenorizada. Esta avaliação é contextualizada também no confronto das experiências na terra natal e na metrópole.

O sertão é seco, o trabalho agrícola é árduo, mas se tem “liberdade”. Esta também inclui uma noção de tempo diferenciada do tempo linear, marcado pelo relógio. Embora a “liberdade” no sertão seja recorrente no discurso dos camponeses, noção cujo significado é mediado pelas relações dos trabalhadores com a propriedade da terra, observamos que a experiência de vida numa grande metrópole redimensiona a cultura camponesa. A autonomia do trabalho camponês e as relações de sociabilidade, baseadas nas relações de amizade e parentesco são valorizadas. A migração não expressa necessariamente uma perda de valores, mas representa muitas vezes uma reatualização de certos traços da comunidade camponesa. O processo simultâneo de integração e exclusão na metrópole faz com que os migrantes reavaliem certos traços da cultura da terra natal, atribuindo-lhes novos significados.

A noção de “humilhação” tem uma certa similitude com a de “cativoiro” presente na relação de morador, o que expressa estar à disposição do patrão para qualquer tarefa a qualquer momento, suportar maus tratos, proibição de trabalhar para outro patrão, obrigação a vender o dia de trabalho por um salário menor do que o do trabalhador de fora.

Tanto a “humilhação” quanto “cativeiro” expressam uma percepção crítica às formas de controle da força de trabalho. A noção de “humilhação”, porém, parece interferir na “liberdade” do trabalhador de forma mais evidente que o “cativeiro”. Como já observamos anteriormente, os moradores expressam recorrentemente em seu discurso a migração para São Paulo como forma de escapar do “cativeiro”, porém os migrantes que no campo eram moradores consideram que “o morador é também mais livre”, porque trabalha a hora que quer, do jeito que quer. As relações de trabalho assalariadas se baseiam em cálculos exatos de produtividade, uma jornada de trabalho pré-fixada, durante a qual os trabalhadores estão destituídos do direito de organizar seu tempo. A jornada de trabalho dos camponeses não é pré-fixada; embora submetidos aos mandos do patrão, não há, para os trabalhadores, um controle diuturno do processo de trabalho, a organização do tempo obedece ao ritmo das tarefas diárias e do ciclo agrícola: período de inverno e verão (plantio colheita, preparo da terra), razão pela qual o trabalhador diz se sentir “mais livre”.

Além de expressarem a relação de trabalho como “humilhação”, os migrantes também expressam de forma crítica as relações de sociabilidade na metrópole. As relações impessoais, instrumentais e o anonimato são representadas como discriminação, desvalorização da pessoa.

Sei lá, tanta coisa diferente! Os paulistas tudo (...) sei lá (...) os caras só querem ser mais do que eles, entende? Só porque tem mais grana do que a gente (...) que tá no lugar mais (...) eles querem judiar da gente (...) não tem graça (...) Eles tratam mau (...) é o tipo da coisa: só fala com a gente prá pedir um favor, quando é prá trocar um pneu, quando é prá fazer alguma coisa, prá pôr água no carro, prá fazer qualquer coisa, só pedi favor. Eles não sabem dar bom dia, boa tarde; lá é todo mundo de cara feia, ninguém olha prá cara do outro não. Se um paraibano olha prá cara de um paulista, ele vai dizer que querem roubar dele (...) desse tipo (...) (depoimento de um manobrista, filho de pequeno proprietário).

Esta forma de expressar as relações sociais cotidianas é recorrente nos depoimentos dos migrantes. Ao expressar o sentimento de discriminação por parte dos paulistas, este depoimento também representa uma crítica a instrumentalização do homem na sociedade capitalista. O confronto de experiências culturais influencia nas representações que o migrante constrói das relações de trabalho e sociabilidade na metrópole. Ao ser participante e ao mesmo tempo excluído destas relações permite-lhe uma posição de ser de dentro e de fora, de ser reconhecido e estranho. Olhar de perto e de longe lhe permite uma representação crítica da realidade para além do senso comum.

Esta crítica também está presente no discurso acadêmico. Weber cuja obra revela uma preocupação central com a expansão do agir instrumental por todas as esferas da sociedade moderna já previa que esta sociedade levaria o homem à uma “concha de servidão”.

Uma máquina inanimada é a mente concretizada. Somente este fato proporciona à máquina o poder de forçar os homens a operá-la e o poder de dominar suas vidas de trabalho diário tão completamente como ocorre em realidade na fábrica. A inteligência concretizada é também uma máquina animada, a da organização burocrática, com sua especialização no adestramento de habilidades, sua divisão de jurisdição, seus regulamentos e relações hierárquicas de autoridade. Juntamente com a máquina inanimada, a inteligência concretizada ocupa-se em construir a concha de servidão que os homens serão talvez forçados a habitar algum dia, tão impotentes quanto os felás do Egito Antigo (...) Essa concha de servidão poderia ser reforçada prendendo-se cada indivíduo ao seu trabalho, à sua classe, e a sua profissão.⁴

Habermas teme, assim como Weber, a dominação da razão instrumental em todas as esferas da vida social; no entanto Habermas é mais otimista que Weber ao conceber a sociedade não apenas como *sistema*: trabalho, economia, mundo dos objetos, esfera de interesses mas também como *mundo vivido*: esfera de interação comunicativa, esfera dos valores.⁵ O comentário da visão de Weber e Habermas sobre a instrumentalização do homem na sociedade moderna não significa que possamos fazer uma associação linear do depoimento do migrante com o discurso teórico. O depoimento do migrante representa uma percepção da posição social deste grupo frente à outras classes sociais e à diferenciação étnica de sua classe, enquanto que as análises de Weber e Habermas dizem respeito a uma concepção de Sociedade.

A avaliação crítica do migrante sobre as relações sociais cotidianas no ambiente de trabalho, na rua, no bairro, no ônibus, no cinema, nos órgãos públicos, no comércio, etc. é mediada por sua experiência cultural enquanto camponês.

A sobreposição do espaço de moradia e trabalho, as relações de trabalho autônomas como o pequeno proprietário ou as relações de dependência do

4 Max Weber, “Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída,” in *Os Pensadores*, São Paulo, 1980, p. 25.

5 Jurgen Habermas, “Técnica e ciência enquanto ‘ideologia’”, in *Os Pensadores*, vol. XLVIII, São Paulo, 1975, pp. 310-311.

patrão com o morador e parceiro se conjugam com o processo de sociabilidade baseado nas relações de amizade e parentesco, o que estabelece vínculos pessoais e orienta a ação social com referência a valores e a tradição. O migrante ao valorizar as relações pessoais, o parentesco, a organização do tempo no campo está atribuindo significados que anteriormente a uma experiência migratória talvez passassem despercebidos.

A valorização de certos traços da cultura camponesa não significa, no entanto, o tradicionalismo do camponês, mas antes uma reavaliação de sua cultura no confronto com as múltiplas experiências individuais e coletivas. Dois aspectos nos parecem relevantes. Primeiro, que para os camponeses-migrantes a economia não se dissocia da vida, mas antes se constitui enquanto uma unidade na cultura camponesa. É por isto que o discurso flui da seca para a “liberdade” ou da exploração do patrão para a solidariedade, amizade. Migra-se por causa da seca, da “exploração do patrão”, mas não se abandona o sertão, não se perde a identidade com a terra natal, pois lá estão os amigos, os parentes, “o calor humano”, a “conversa”, enfim, as suas raízes.

Segundo, as avaliações dos migrantes sobre a vida e trabalho na metrópole são mediatizadas por sua experiência enquanto camponês.

Embora a realidade seja representada de forma fragmentada, o migrante interpreta de forma crítica a instrumentalização do homem na sociedade moderna recorrendo a referências da vida camponesa. “Ninguém olha pra cara do outro não”, o migrante expressa que na metrópole há negação da identidade da pessoa, característica importante da cultura camponesa.

Finalmente diríamos que as representações dos camponeses-migrantes influenciam o próprio processo migratório. Embora este se explique por processos de desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira, especialmente a expropriação dos camponeses e as condições de exploração e segregação dos trabalhadores assalariados urbanos e rurais, percebemos que a representação é parte constituinte do processo migratório. A decisão de migrar para uma região metropolitana não se orienta apenas pelas possibilidades de emprego e melhores salários mas também pela percepção que os migrantes formulam a respeito da vida e trabalho neste espaço sócio-econômico e cultural. Da mesma forma o retorno à terra natal está mesclado da busca de sobrevivência material mas também de um espaço de “liberdade”. As modificações na relação de moradia não expressam apenas as mudanças econômicas da viabilidade ou não desta relação de trabalho, mas também as representações dos trabalhadores sobre esta relação. Os proprietários de terra da região pesquisada, Sertão da Paraíba, se queixam dos trabalhadores que realizam migrações para São Paulo, Rio de Janeiro, dizendo que se tornam “vagabundos e exigentes”. Os trabalhadores argumentam diferentemente,

reclamando da sujeição do trabalho no campo. Não se trata de perguntar qual das duas opiniões é correta, mas de perceber que ambas são representações em conflito.

As transformações culturais vivenciadas pelos camponeses em sua trajetória migratória ampliam o universo representacional, influenciando a forma de aceitação das relações sociais no campo.

Estas são fortemente influenciadas pelo conjunto de experiências culturais do migrante e do grupo ao qual pertence. Como diz Godelier, as representações são interpretações que tanto organizam quanto legitimam ou ilegitimam as relações dos homens entre si e com a natureza.⁶ As representações contribuem para a produção de novas realidades sociais, de forma que o pensamento não é apenas reflexo das relações sociais mas interpreta e recria ativamente a realidade. O perambular dos migrantes pelos múltiplos espaços sócio-econômicos e culturais significa não apenas a busca da sobrevivência econômica mas também a busca da cidadania, onde não basta ter apenas trabalho, moradia, mas também ser valorizado como pessoa, ter “liberdade”, expressar suas festas, tradições, seus sentimentos.

Texto apresentado na Mesa Redonda Imaginários da Exclusão, 20/7/1993.

6 Maurice Godelier, “A parte ideal do real”, in E.A. Carvalho, org., *Godelier*, São Paulo, 1981, pp. 187-190.